

Maçonaria e maçons: entre a fala assistencialista e a prática da assistência social como política pública.

Masonry and Masons: between speech welfare and the practice of social assistance as a public policy.

Claudia Neves da Silva*
Fernando Monteiro**

Resumo: O artigo tem por objetivo demonstrar a contradição existente entre a fala e a prática de ações sociais de maçons mantenedores de entidades de assistência social. A amostra é composta por duas Lojas Maçônicas do município de Dracena/SP. O levantamento de dados empíricos se deu através de entrevistas com os maçons envolvidos com as ações sociais das duas Lojas Maçônicas que constituem a amostra. O eixo teórico assenta-se na interlocução com autores que discutem a Maçonaria e a assistência social como política pública. Espera-se ao final entender as ações da Maçonaria na área social e contribuir para a reflexão e o debate entre aqueles que se dedicam à implementação e efetivação da política de assistência social e à prática de ações sociais.

Palavras-chave: Maçonaria. Maçons. Assistência social

Abstract: The article aims to show the contradiction between speech and practice of social actions maintainers Masons of social assistance entities. The sample consists of two Masonic lodges in the city of Dracena / SP. The survey of empirical data was collected through interviews with the Masons involved with the social actions of the two Masonic lodges in the sample. The theoretical axis is based on the dialogue with authors who discuss Freemasonry and social assistance as a public policy. It is expected the end to understand the Freemasonry of actions in the social area and contribute to the reflection and the debate between those who are dedicated to the implementation and enforcement of social welfare policy and practice of social actions.

Keywords: Masonry. Masons. Social Assistance

* Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em História Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Líder do Grupo de Pesquisa História, Religião e Sociedade. Membro do Laboratório de Estudos de Religiões e Religiosidades – LERR/UEL.

Introdução

As ações sociais da Maçonaria como objeto de análise acadêmica se constituem em um tema ainda pouco explorado pela academia. As referências, quando existem, são genéricas e fragmentadas. O mito em torno do segredo, do caráter fechado da instituição e do pertencimento maçônico pode ter inibido muitos profissionais e pesquisadores a qualquer iniciativa de estudo.

A pesquisa social tem contribuído pouco para a compreensão das ações sociais da Maçonaria. É possível que dois fatores sejam responsáveis pelo desinteresse acadêmico em torno do tema: o caráter secreto da Ordem, que se manteve sempre fechada ao diálogo com a academia e o surgimento do associativismo e de novos atores sociais, em especial ao longo do século XX, fazendo com que a Maçonaria, de fato, perdesse importância.

A maioria das Lojas Maçônicas desenvolve algum tipo de ação social, quer mantendo diretamente alguma instituição de assistência social quer através de outras ações. Essas ações sociais quase sempre passam despercebidas, não apenas pela discrição dos maçons, mas principalmente porque no imaginário popular prevalecem outros aspectos da Maçonaria, relacionados ao caráter secreto e aos seus rituais, não raro, associados ao satanismo.

A pesquisa e a reflexão sobre a prática de ações sociais desenvolvidas por Lojas Maçônicas são relevantes, porque possibilitam aos atores locais observarem e discutirem a relação que deve haver entre Estado e sociedade civil na efetivação da assistência social como política pública garantidora de direitos de cidadania.

O interesse por este tema originou-se da observação cotidiana das ações executadas pela Maçonaria voltadas às famílias e grupos de indivíduos em situação de vulnerabilidade social no Município de Dracena/SP, e tem por finalidade apresentar a contradição existente entre a fala e a prática de ações sociais de maçons mantenedores de entidades de assistência social no município.

As fontes utilizadas incluem pesquisa bibliográfica a respeito do tema Maçonaria, o que nos levou a ler textos de historiadores e maçons, possibilitando-nos maior compreensão do tema; e a consulta de documentos de Lojas Maçônicas que registram as ações na área da assistência social. O levantamento de dados empíricos se deu através de entrevistas semi-estruturadas com os maçons diretamente

** Professor Assistente do Curso de Serviço Social da União das Faculdades de Dracena. Mestre em

envolvidos com as ações sociais das Lojas Maçônicas de Dracena. Foi utilizado um roteiro com questões previamente definidas, mas tanto entrevistador como os entrevistados tinham liberdade para abordar outros temas para melhor elucidar questões que não ficaram esclarecidas.

Os maçons que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde estava garantido que não seriam identificados e que poderiam desistir a qualquer momento da entrevista.

Espera-se ao final contribuir para a reflexão sobre as ações sociais dessa instituição impregnada de mitos, lendas e mistérios.

1. Maçonaria: de Agremiação de Pedreiros a Espaço Especulativo

Tentar precisar o exato momento do aparecimento da Maçonaria é tarefa de fôlego, senão inútil, uma vez que suas origens se perdem num passado de mitos e de lendas, que remontam a diversos personagens do velho Testamento. Daí a dificuldade em distinguir entre mito e fato histórico, pois ambos se confundem nas tradições e na identidade dos maçons. Há, no entanto, a concordância entre os historiadores quanto ao surgimento da Maçonaria moderna a partir de uma evolução das corporações de pedreiros, surgidas na Idade Média, para a construção de grandes catedrais góticas.

Os homens ligados à arte da construção, em função da natureza itinerante de seu trabalho, acabavam por não se vincularem a nenhuma cidade ou feudo, possuindo o privilégio da livre circulação e da não sujeição à servidão e aos impostos. Como consequência dessa prerrogativa, que na época era concedida pela Igreja, origina-se o nome franco-maçom ou pedreiro-livre. Assim, a palavra “franco” diz respeito ao indivíduo livre da servidão, enquanto a palavra “maçom”, originária do francês, língua oficial dos ofícios, quer dizer pedreiro, chamados mestres de pedraria.

No século XV a Maçonaria operativa começa a entrar em declínio, e no século seguinte quase deixa de existir, sobretudo devido à Reforma Protestante ocorrida na Inglaterra. As catedrais já não eram mais erguidas, pois aos olhos dos puritanos elas eram monumentos da religião católica e, portanto, consideradas perigosas, de modo que muitas delas foram desfiguradas ou parcialmente demolidas.

Aslan (1997) acrescenta o fato de o estilo renascentista ter colocado um ponto final nas majestosas construções da Idade Média. O novo estilo de construção, mais

simples e menos dispendioso, acabou por substituir vantajosamente o difícil e complexo estilo ogival, fazendo com que a corporação dos pedreiros-livres declinasse aos poucos, até entrar em franca decadência.

Além disso, ressalta Hortal (2002) que nessa época houve o desenvolvimento dos estudos e a formação de verdadeiras escolas de arte na Renascença, onde o segredo da construção acabou por se tornar inútil. A arquitetura passou a ser estudada em tratados impressos e não apenas através da transmissão oral dos conhecimentos dos mestres-maçons, fazendo com que as Lojas ou grêmios de pedreiros-livres se esvaziassem de suas funções e conteúdo.

A partir dos séculos XVI e XVII, as agremiações de pedreiros-livres começaram a admitir os membros *aceitos*, ou seja, homens não vinculados ao ofício da construção, que ingressavam na confraria interessados em participar de uma nova forma de associação, que garantia o intercâmbio e o acolhimento dos maçons durante seus deslocamentos pelas cidades.

A 24 de junho de 1717 – marco do surgimento da Maçonaria moderna ou especulativa – quatro Lojas inglesas, em sua maioria composta por maçons *aceitos*, se reuniram e fundaram a Grande Loja da Inglaterra. Para Aslan (1997), a partir de então a Maçonaria enveredava por caminhos novos, rumo a um destino que seus fundadores jamais se atreveriam nem mesmo a sonhar.

Entre os motivos que ensejaram a transformação da Maçonaria operativa em especulativa ou moderna destacam-se: a necessidade de autoridade central; a intenção de ressuscitar a Ordem sob nova forma administrativa; a intenção de um recrutamento mais intelectual; a influência dos clubes, que na época se espalhavam por toda parte e uma melhor organização da corporação na prestação de socorro mútuo, inclusive auxílio funeral.

A Maçonaria agora tem por preocupação alcançar objetivos éticos e morais através de uma sociabilidade laica e por um método original, com locais de reunião, tolerância religiosa, proibição de discussões religiosas e político-partidárias, recrutamento de caráter aristocrático e a utilização de suas ferramentas de trabalho transformadas em símbolos com uma finalidade moral¹.

¹O compasso e o esquadro, principais símbolos da Maçonaria, surgem do ofício de labutar com pedras. O primeiro, que desenha círculos perfeitos significa, para o maçom, a busca pela perfeição. O segundo mostra, com seu ângulo reto, a maneira retilínea que o maçom deve seguir na vida, sintetizada na honestidade. (ASLAN apud ALMÉRI, 2007, p. 24).

Para Hortal (2002), a Maçonaria moderna, considerada para além das lendas e dos mitos, é fruto do Iluminismo. Não é por acaso, diz o autor, que na Maçonaria se encontram duas características do Iluminismo: a confiança nos poderes infalíveis da razão humana e da experiência, e o sentimento da imensidão da natureza, governada pelas leis férreas do mecanicismo, nem sempre favoráveis ao homem. As Lojas Maçônicas, envoltas pelo segredo, prestavam-se perfeitamente para a difusão das ideias iluministas, frequentemente consideradas subversivas pelos governos civis e pela Igreja Católica.

Em meio às transformações que sofreu e às perseguições empreendidas pela Igreja Católica e por diversos governos civis, no decorrer do século XVIII a Maçonaria desenvolveu-se de modo rápido, espalhando-se por diversas partes do mundo, construindo a feição atual, com rituais, graus, catecismo, joias, indumentárias, cerimonial, liturgia, doutrina, filosofia, paramentos, e chegando ao Brasil em fins do século XVIII.

1.1 A Maçonaria no Brasil

A ilustração portuguesa possibilitou a formação intelectual de vários estudantes brasileiros que frequentavam as universidades europeias, principais responsáveis pela propagação das ideias ilustradas no mundo colonial. Segundo Barata (1994), além de receber o ideário ilustrado, a sociedade brasileira na virada século XVIII para o XIX acolheu também a Maçonaria – principal divulgadora desse pensamento – que acabaria por se envolver em acontecimentos que marcaram profundamente a história do país.

No contexto de luta pela independência do país, em 17 de junho de 1822 é fundado o Grande Oriente do Brasil (GOB), primeira Obediência² maçônica no país, iniciando uma fase de maior institucionalização da Maçonaria e as movimentações maçônicas em torno do futuro do Império Português, consignado nas questões do constitucionalismo, do caráter da autonomia do Brasil ante as pretensões das cortes portuguesas e, fundamental, o caráter diverso e contraditório dos projetos políticos

²Para administrar um grande número de Lojas Maçônicas numa determinada região, a Maçonaria organizou-se em Obediências, também denominadas Potências Maçônicas. As Potências podem ter jurisdição sobre todo o país, como o Grande Oriente do Brasil (GOB), ou sobre um Estado da federação, como o Grande Oriente Paulista (GOP), o Grande Oriente do Paraná (GOP), etc. (MANSUR NETO, 2005, p.25).

da Maçonaria brasileira dividida entre o “grupo do Ledo”, de um lado, e “grupo do Bonifácio”, do outro.

No que diz respeito à Proclamação da República, segundo Mansur Neto (2005) o líder do movimento, Marechal Manoel Deodoro da Fonseca foi o 13º Grão Mestre da Maçonaria brasileira. Demais, consta que no dia 11 de novembro de 1889 reuniram-se na casa de Deodoro os maçons: Benjamin Constant, Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Rui Barbosa, Cel. Cantuária, Major Frederico Sólton Ribeiro, Almirante Wanderkolk, Frederico Lorena, entre outros. A reunião preparou o cenário para o destronamento de D. Pedro II na manhã do dia 15 de novembro de 1889, que levaria à instauração da República no Brasil.

Contudo, se o século XIX é marcado pelos “grandes acontecimentos” envolvendo a Maçonaria, narrados por diversas vertentes historiográficas, o mesmo não pode ser dito em relação ao século XX. Os maçons se depararam com novas formas de pensamentos, novos atores políticos e outros *inimigos* que se mostraram tão ou mais ameaçadores que seu antigo oponente, o catolicismo conservador, além de uma recorrente característica da Maçonaria: sua tendência autofágica que se manifestaria com múltiplas dissidências, conflitos e divisões.

As ações do governo Vargas trariam consequências à Maçonaria que custaria a se recuperar. O Estado-Novo, instalado em 1937 resultou no afastamento dos maçons das esferas políticas de poder por um tempo maior que se poderia imaginar, não obstante tenham se submetido ao regime autoritário.

Para Amaral (2003), ao optar por não abrir mão da ajuda da Igreja Católica – principal inimiga da Maçonaria – e valendo-se da velha linha de troca de favores, Getúlio Vargas tomou uma série de medidas, iniciando um processo de perseguição à Maçonaria, que culminou com o fechamento das Lojas brasileiras por certo período, o que não impediu que os pedreiros-livres continuassem a se reunir na clandestinidade. No entanto, a Maçonaria brasileira jamais seria a mesma. Em janeiro de 1938, foi colocada na legalidade novamente, mas somente em 1941 as Lojas paulistas foram reabertas.

Mesmo após a renúncia de Getúlio Vargas, em 1945, o acesso maçônico aos círculos do poder do Estado, e conseqüentemente, sua capacidade de influenciar as decisões políticas deram-se de modo limitado e discreto. Os anos de retorno à democracia (1946-1964) também foram marcados pela tentativa da Maçonaria em reaver seus antigos valores, mas sem obter muito sucesso.

Castellani e Carvalho (2009) apontam que nos agitados dias do Golpe de 1964, embora houvesse uma divisão de opiniões, a maioria dos maçons apoiou o movimento. A direção da Maçonaria brasileira aderiu rapidamente à Doutrina da Segurança Nacional, vendo na movimentação das classes trabalhadores um indício de suposto caos político e social.

A essa altura, o conservadorismo maçônico já era evidente, pois em momento algum no período pós-64 o Grande Oriente do Brasil, como instituição, foi incomodado, apesar das perseguições empreendidas entre os próprios maçons, no interior da Ordem, cujo resultado acabaria por enfraquecer ainda mais a Maçonaria.

Em sintonia com a ditadura militar, ao tempo em que pessoas eram investigadas, espionadas e presas e órgãos de imprensa, escolas e demais organizações civis eram fechadas ao menor indício de oposição ao regime, “a maçonaria parecia estar ‘blindada’ contra qualquer acusação”. (MOREL; SOUZA, 2008, pp. 232-37).

Só a partir de 1974, quando se iniciou uma lenta e gradual abertura política, foi possível ver alguns maçons, até então silenciados pelas orientações de seus órgãos administrativos, expondo mais tranquilamente sua discordância com o regime autoritário. Do mesmo modo, em fins dos anos 1970, quando a opção autoritária já se encontrava desgastada e a pressão social em prol da redemocratização tomou conta da sociedade, a Maçonaria aderiu à campanha pela anistia aos presos políticos e em favor das liberdades públicas.

Finda a ditadura, em 1985 a ordem dos pedreiros-livres precisaria repensar seus valores e reaver princípios originais. Morel e Souza (2008, p. 237) destacam que: “[...] Já era fato consumado que, de liberal e crítica, no século XIX, passando pelo servilismo ao Estado varguista nos anos 1930 e 1940, a Maçonaria brasileira chegara ao fim do século XX como baluarte do conservadorismo.”

A Ordem Maçônica chega ao século XXI como uma das poucas instituições de caráter civil que acompanhou todo o processo de formação e consolidação do Estado brasileiro. Porém, com papel bem diferente daquele protagonizado durante o século XIX. A consolidação da sociedade civil acabou por esvaziar as funções da Maçonaria, acarretando perda de difusão e importância.

Além disso, as causas tradicionalmente defendidas pela Maçonaria, como a liberdade religiosa e de pensamento encontram-se hoje como direitos garantidos

constitucionalmente. Na atualidade, a Maçonaria tem o desafio de se reinventar e desenvolver formas de se manter viva dentro da sociedade brasileira.

Mas a essa altura surge-nos uma dúvida: o que realmente é Maçonaria? Essa pergunta recebeu ao longo dos séculos, de amigos e adversários, as mais variadas respostas. O Grande Oriente do Brasil (GOB), órgão responsável pela administração de Lojas Maçônicas sob sua jurisdição, conceitua a Maçonaria como uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista.

Não é possível falar de Maçonaria em sentido unívoco, sobretudo, quando se leva em conta a noção de “regularidade” e “irregularidade” maçônica. A maçonaria “regular” ou ortodoxa é aquela reconhecida pela Grande Loja da Inglaterra, considerada a Loja-mãe, a quem se vincula a maçonaria americana, a filipina, a Grande Loja Nacional Francesa, a alemã, a austríaca, a escandinava e a holandesa, cuja condição precípua repousa na necessidade de crença em Deus e na presença do *Livro Sagrado* nas reuniões. Já na esfera da “irregularidade” ou heterodoxia estão as maçonarias herdeiras da tradição laica e anticlerical do Grande Oriente da França, que em 1877 declarou desnecessária a exigência da crença em Deus e do juramento sobre a Bíblia. Nesse rol agregaram-se as maçonarias da Itália, da Bélgica, de Portugal, da Espanha e de alguns países latino-americanos.

No caso do Brasil, não há notícia de declaração de negação a Deus e a Bíblia. Essa necessidade ou não de acreditar em Deus para ingresso e permanência na Maçonaria leva alguns autores a preferirem a concepção de “maçonarias”, à de “maçonaria” (SILVA, 2009). Grande polêmica que gravita em torno da Maçonaria relaciona-se à resposta para a seguinte pergunta: a Maçonaria é uma religião?³

Para alguns, como Ankerberg e Weldon (1999), a Maçonaria é uma religião. Para outros, como Camino (2005), a Maçonaria é uma religião *sui generis*, por não implicar renúncia do maçom à sua religião de nascimento e de fé. Mas, a maioria dos maçons é inflexível em declarar que a Maçonaria não é religião. Esse, aliás, é o posicionamento do Grande Oriente Paulista, ao afirmar que “a Maçonaria é uma Ordem, uma corporação disciplinada, não uma sociedade comum, não sendo religião, nem seita, como julgam alguns não iniciados, não esclarecidos.” (COMPÊNDIO, 2006, p.18).

³Cf. NOGUEIRA FILHO. Maçonaria, religião e simbolismo. São Paulo: Traço Editora, 1984. GUERRA, Aloísio. Religiosidade e Maçonaria. Londrina: A TROLHA, 2006. RAGON, Jean Marie. A Missa e seus mistérios. Tradução de Anselmo Quadros. São Paulo: Arca da Aliança, 2002.

A conotação cristã que a palavra “Deus” atribui à Maçonaria traduz a ideia de que a instituição devia ser acessível aos seguidores de todas as religiões. Esse ecumenismo maçônico foi um dos aspectos que mais perturbou a Igreja Católica, acirrando ainda mais a luta entre católico e maçons⁴.

Não obstante as profundas mudanças sociais, políticas e econômicas pelas quais o Brasil e a Maçonaria passaram, esta ainda traz as marcas do ideário iluminista, com o fortalecimento de ações assistenciais por parte de seus membros.

2. A Maçonaria e as entidades de assistência social

A partir de meados do século XIX, a Maçonaria começa a se reorientar para outros campos como a filantropia, a preocupação com a formação intelectual de seus filiados e os cerimoniais, incorporados à Ordem; e aos poucos incorporou um sistema ritualístico e simbólico com a introdução de alguns temas, entre os quais, a prática da filantropia. Ao lado da ajuda mútua entre os *irmãos*, as ações filantrópicas vão se transformando em instrumento de aceitação da Maçonaria por parte da sociedade, principalmente em momentos nos quais a Igreja Católica radicalizou sua condenação às atividades maçônicas.

Dentro de um mosaico de associações filantrópicas surgidas em fins do século XIX, a Maçonaria estava incluída, inclusive porque seus membros pertenciam a diferentes tipos de instituições, maçônicas ou não. As associações filantrópicas desse período guardavam uma natureza multifuncional, na medida em que congrega atividades econômicas, filantrópicas, pedagógicas, corporativas, política e cultural.

A filantropia, entendida como um importante motor do movimento associativo do século XIX identifica-se como forma de legitimação do poder, uma vez que movida pelo espírito das *Luzes*, era o movimento dos que podiam ajudar em direção aos despossuídos e um meio eficaz de criar redes de poder e laços de clientela (MOREL; Souza, 2008). Além disso, ERA uma das poucas práticas maçônicas que ultrapassa a porta dos Templos, para tornar-se *visível* à sociedade.

Ainda conforme Morel e Souza, (2008, p. 250), estes assinalam que “se o auxílio mútuo fortalece os vínculos internos, a filantropia pode ser entendida como um mecanismo de divulgação e enaltecimento da ordem que lhe oferecem uma

⁴Não nos aprofundaremos nos conflitos entre Igreja Católica e Maçonaria porque não é este o objetivo do presente artigo.

legítima atuação”. Mais que isso, “ela [a filantropia] cria redes de poder e laços de clientelismo que garantem a presença de seus membros em abrangentes círculos do mundo *profano*⁵”.

Os maçons entrevistados afirmam que a filantropia integra o rol de princípios da Maçonaria, razão pela qual a maioria das Lojas pratica algum tipo de ação social, quer atuando diretamente na manutenção de uma entidade de assistência social, quer através de campanhas sociais constantes destinadas à comunidade local.

A ação filantrópica é tão privilegiada na Maçonaria, que seus rituais destinam um espaço próprio nas sessões maçônicas para a prática da beneficência. O Irmão Hospitaleiro⁶, munido de uma bolsa, percorre o Templo, momento em que os *Irmãos*, despindo-se de suas luvas, farão uma contribuição em dinheiro. O chamado *Tronco de Beneficência*⁷ é destinado apenas à beneficência, sendo proibida qualquer outra destinação.

Um dos entrevistados (06) elucida que *O Tronco de Beneficência* integra o ritual maçônico e fica a cargo do Irmão Hospitaleiro, a quem é confiado coletar e destinar o dinheiro arrecadado. Em toda reunião maçônica, exceto em Pompas Fúnebres ou Sessão Branca⁸, o Hospitaleiro arrecada dinheiro dos irmãos presentes para a prática da caridade, destinando-o à prática de ações sociais. Esse momento maçônico atrela-se a religiosidade da Ordem.

Outro entrevistado (02) ressalta que a Maçonaria não é religião, porém, é uma instituição religiosa, uma vez que seus rituais e símbolos atrelam-se a personagens do velho Testamento, exigindo do candidato que pretende ingressar na Ordem a crença num Ser Superior chamado pelos maçons de Grande Arquiteto do Universo, traduzido pela ideia de Deus.

A maioria das Lojas Maçônicas pratica a filantropia, por ser um princípio fundamental da Ordem. O Art. 2º da Constituição do Grande Oriente Paulista (GOP), por exemplo, prevê como princípio fundamental da Maçonaria a prática da filantropia. Além disso, a religiosidade maçônica exerce papel de destaque na prática da benemerência, posição confirmada pelos entrevistados:

⁵Diz-se *profano* aquele ou aquilo que não pertence à Maçonaria.

⁶Aquele encarregado da coleta, administração e destinação do dinheiro arrecadado nas sessões maçônicas.

⁷O vocábulo Tronco é derivado do francês “tronc”, e significa “caixa de esmolas”. Consiste na coleta de dinheiro durante uma sessão maçônica, como um momento para o exercício da caridade.

⁸Sessão Maçônica aberta ao público.

Não existe Loja Maçônica que não pratique ação social. Algumas se destacam de forma mais acentuada, porque inclusive dirigem entidades importantes. Outras o fazem através de campanhas constantes destinadas a entidades da comunidade local, mas sem compromisso de manter uma instituição [...] (Entrevistado 01)

Os maçons acreditam na existência do Grande Arquiteto do Universo, e por isso nós não podemos nos esquecer dos nossos semelhantes [...]. Pelo nosso conhecimento, a maioria das Maçonarias (Lojas), ou seja, todas as Maçonarias que a gente conhece pratica alguma ação social [...]. (Entrevistado 03)

Assim, seguindo os valores difundidos e defendidos pelo Grande Oriente do Brasil, as Lojas Maçônicas *Patriarca da Independência e União, Justiça e Amor* do Município de Dracena, Estado de São Paulo, são mantenedoras da Casa da Criança e da Apae, respectivamente, ambas entidades de assistência social.

A Associação de Proteção à Criança de Dracena – Casa da Criança – que atende em regime de acolhimento institucional crianças de zero a doze anos incompletos, obedece aos princípios, diretrizes e objetivos traçados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e como exigência da política de atendimento, a entidade possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social junto ao Conselho Nacional de Assistência Social e inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

A entidade possui cadastro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em cumprimento ao disposto nos arts. 90 e 91 da Lei Federal 8.069/90 (ECA) e conta com uma diretoria administrativa – composta por maçons – e equipe técnica formada por assistente social, coordenadora, psicóloga, nutricionista, educadoras e pessoal de apoio. Pelo atendimento dessas e outras exigências legais, a Casa da Criança de Dracena integra a rede de proteção socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Dracena – Apae – tem por missão promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio à família com vistas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e mantém inscrição junto ao Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social e também perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

A Apae de Dracena possui ainda representação no Conselho Municipal de Assistência Social e no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, sendo periodicamente fiscalizada pelos órgãos competentes e pela Diretoria Regional de

Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS). Em resposta ao atendimento de todas as exigências impostas para a efetivação da assistência social como política pública, a entidade também integra a rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Portanto, as duas Lojas Maçônicas são mantenedoras de entidades de assistência social, que pelas suas características e finalidades, satisfazem a um conjunto normativo que as inserem no rol de entidades de assistência social, integrando a rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com vistas ao cumprimento dos princípios e diretrizes estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, pela LOAS/1993, pela PNAS/2004, pelo SUAS e pela NOB/SUAS/2005.

3. Filantropia, usuários e assistência social como política pública na perspectiva dos maçons

Para a Política Nacional de Assistência Social de 2004 tem por escopo dar continuidade aos objetivos inaugurados pela Constituição de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, pautadas na dimensão ética de incluir os “invisíveis”, os transformados em casos individuais, enquanto de fato são partes de uma situação social coletiva, considerando-os como sujeitos de direitos (BRASIL, 2004).

Apesar das inovações no campo jurídico e dos esforços empreendidos para alçar os usuários da assistência social à condição de sujeitos de direitos, para muitos, os que necessitam de proteção social ainda são vistos sob a lógica assistencialista. Na fala dos entrevistados é recorrente a concepção do usuário como aquele que necessita de ajuda, do favor e da compaixão do outro. Os usuários das entidades mantidas pela Maçonaria de Dracena – crianças e pessoas portadoras de necessidades especiais – são encarados pelos maçons entrevistados com sentimento de “dó”, “tristeza” e “piedade”:

[...] olha, eu sinceramente vejo essas pessoas com muita tristeza [...] veja o caso dessas crianças que a Loja cuida [...] coitadas, sem pai, sem mãe e sem perspectiva de vida [...] o que serão na vida? Eu tenho um sentimento de tristeza quando me pego pensando nessas pessoas que precisam de nós. (Entrevistado 06)

[...] a vida não foi justa com eles (usuários) [...] nós aqui, numa situação tão boa, e eles lá, passando por dificuldades de abandono, pobreza, desamparo. Eu vejo os usuários das ações das Lojas como carentes de amparo e merecedores da nossa ajuda. (Entrevistado 01)

Na esteira da última fala, a condição de usuário está ligada a fatores que transcendem a própria existência humana, como a predestinação, que vincula a falta de oportunidades ao destino da pessoa. Nenhum dos entrevistados percebe o usuário da assistência social como sujeito de direito, numa perspectiva inovadora trazida pela Constituição Federal de 1988. A fala de um dos entrevistados reafirma a inexistência da concepção de assistência social como política pública e de usuários como sujeitos de direitos, pois “Ela (a Maçonaria) vê (os usuários) de uma forma muito amiga, vamos dizer assim, paternal, paternalismo [...] A intenção em si é cooperar com as pessoas da melhor maneira possível” (Entrevistado 05).

Na concepção de outro dos entrevistados (01), a assistência social não deixa de ser um ato de caridade – agora mais organizada – para prestação de socorro aos necessitados. Para outro (Entrevistado 02), é um tipo de socorro para a comunidade local. Uma forma de ajuda prestada aos que necessitam de amparo, com vistas à melhoria da qualidade de vida.

Os entrevistados admitem não conhecerem a Política Nacional de Assistência Social, não obstante ser possível encontrar alguém no seio da Maçonaria que a conheça, por existir profissionais de diversas carreiras. Nesse sentido, é o entendimento do entrevistado (02): “[...] eu acredito que a Maçonaria conheça (a PNAS/2004), porque no seio da Maçonaria nós temos homens que trabalham em todos os ramos de atividade previstos e possíveis”.

Conforme o relato desses maçons, o conhecimento da PNAS/2004 não é essencial, uma vez que as entidades mantidas pela Maçonaria dispõem - por imposição legal - de equipe técnica composta de profissionais que têm o dever de conhecimento em suas respectivas áreas de atuação:

[...] eu não acho que a Maçonaria necessite ter isso (conhecimento da PNAS/2004) como [...] sucesso das suas ações. [...] a caridade e a filantropia é uma prática comum [...] que se puder ser feita maçonicamente fica mais organizada. (Entrevistado 02).

Os maçons que já passaram pela presidência das entidades admitem não conhecerem a assistência social como política pública, pois sempre se limitaram a gerir a entidade atendendo as orientações da equipe técnica e as imposições legais

emanadas do Estado. O entrevistado 03 relata: “Quando assumi a entidade [...] eu não sabia nada, mas tinha na entidade o pessoal responsável pela condução dos trabalhos (assistente social, nutricionista, psicóloga, etc.). Então eu não tive dificuldade nenhuma para tocar meu mandato”.

Há, por assim dizer, uma simbiose entre mantenedores e equipe técnica. Esta trabalha em prol da efetivação da assistência social como política pública, aqueles administram suas entidades sob a lógica da caridade, alegando que movidos pela intenção de uma sociedade mais justa e igualitária. A subordinação à lei é o freio que impede os maçons de colocar em prática suas falas, ou seja, o respeito à equipe técnica e o atendimento aos preceitos legais, retiram dos mantenedores a possibilidade de administração sob a lógica assistencialista, pois de acordo com o Grande Oriente do Brasil (2011), exige-se dos maçons o “respeito aos governos legalmente constituídos e o acatamento às leis do país em que viva”.

Na fala dos atores pesquisados há uma clara identidade entre assistência social e assistencialismo. Estes concebem a assistência social como ato de caridade, como prestação de socorro, como meio de prover conforto, “cobertura”, trabalho médico, vestimenta e alimentação. A única diferença reside no fato de que a assistência social, como política pública, é uma forma de caridade organizada, enquanto as ações da Maçonaria, uma caridade voluntária.

Como se pode perceber, sem conseguir distinguir entre uma coisa e outra, a filantropia ocupa papel de destaque no imaginário dos entrevistados, ao lado da concepção de usuário como “coitados”, “assistidos” ou “favorecidos”, enquanto à assistência reserva-se a noção de caridade “organizada”.

Nesse sentido é a fala dos maçons:

A assistência social não deixa de ser um ato de caridade, porque normalmente estão envolvidos neste trabalho aquela atitude de (prestar) conforto, cobertura, trabalho médico, vestimenta, alimentação. Então uma coisa está diretamente envolvida com a outra (assistência social e caridade). (Entrevistado 01)

[...] a assistência social é um socorro que você dá para a cidade, ao meio em que você vive, uma contribuição, como aqui em Dracena [...] através da prática da caridade [...] então, a assistência social seria uma forma de caridade organizada. (Entrevistado 02)

É provável que muitos maçons conheçam a assistência social como política pública em razão da profissão que exercem. Contudo, para a Maçonaria, a prática de

ações sociais não requer prévio conhecimento dos princípios que orientam a assistência social. O exercício da presidência nas entidades de assistência social – Casa da Criança e Apae – não requer conhecimento prévio dos princípios e normas que orientam a assistência social como política pública. As entidades administradas pela Maçonaria contam com equipe técnica, composta por coordenadores, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, cada qual exercendo sua função nos limites preconizados pela lei.

Por outro lado, as entidades de assistência social mantidas pelas Lojas Maçônicas que compõem a amostra, por responderem positivamente ao aparato legal que disciplina a assistência social como política pública, estão inseridas na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tanto a Casa da Criança, quanto a Apae de Dracena têm natureza jurídica de entidades de assistência social, e ao maçom que preside a entidade não resta outra saída senão o cumprimento da lei e dos princípios que norteiam a execução de projetos, serviços e programas na área social.

Quando investido na diretoria da entidade, além da submissão à lei, os maçons estão abertos ao diálogo com a equipe técnica, acatando suas recomendações, segundos seus relatos. Daí a pouca relevância, sob a ótica dos entrevistados, o conhecimento da assistência social como política pública. A contradição existente entre concepção e prática dos mantenedores resulta numa fala assistencialista e numa prática de assistência social como política pública.

4. Algumas Considerações

Na trajetória brasileira, a filantropia se estrutura nas relações com a sociedade civil e no interior do Estado. Longe de assumir o formato de política pública, a assistência social foi levada a efeito ao longo de décadas como doação de auxílios, benemerência e favor, sem superar o caráter de práticas fragmentadas, emergenciais e pontuais. Direcionada a segmentos da população sob o signo da exclusão, a assistência social trabalhada sob a lógica da filantropia não foi capaz de romper com a perspectiva da subalternidade.

A Constituição Federal de 1988, pela primeira vez conferiu à assistência social brasileira um novo estatuto, definindo-a como política pública de seguridade social ao lado da saúde e da previdência social. Contudo, os anos seguintes foram

marcados por esforços para alçá-la à condição de política pública, exigindo um redirecionamento do Estado e um conjunto de alterações nas instituições, historicamente acostumadas com práticas assistencialistas.

A fala dos atores que compõem a amostra revela a identidade que ainda existe entre assistência social e filantropia.

Os maçons não conhecem a Lei Orgânica da Assistência Social nem a Política Nacional de Assistência Social. Não há entre eles a noção de ações, cuidados, serviços e projetos com vistas a proteger e recuperar as situações de abandono de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, restaurando assim, a autonomia dos usuários.

Para as Lojas Maçônicas objeto de análise, o conhecimento da PNAS/2004 é de pouca relevância, importando mais a prática filantrópica, como expressão da caridade, do favor, da ajuda. Um dos entrevistados ressalta, inclusive, que quando assumiu a presidência da entidade que a Loja mantém não tinha conhecimento algum da área da assistência social, mas contou com o apoio da equipe técnica para administrar a instituição.

Os anos que se seguem à promulgação da Carta de 1988 não foram suficientes para eliminar, em boa parte da população, a concepção de assistência como “favor”, tão ao gosto daqueles que fizeram a história recente do país.

A pesquisa permite considerar que para a Maçonaria e os maçons mantenedores de entidade de assistência social, a concepção de assistência social está atrelada à prática da ajuda, da benemerência, do favor. A filantropia, como princípio fundamental da Maçonaria, é motivada pela religiosidade maçônica. A crença em Deus como requisito para o ingresso na instituição, aliada aos princípios de fraternidade pregados pela Ordem, ocupam papel de destaque na prática filantrópica.

As Lojas Maçônicas – *Patriarca da Independência e União, Justiça e Amor* – apesar de identificarem a assistência social com o assistencialismo, praticam assistência social como política pública, *indiretamente*, pois suas entidades respondem aos princípios e leis regulamentam a dinâmica do atendimento dessas entidades, compondo a rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social.

As duas décadas que separam a promulgação da Constituição Federal de 1988 e os dias atuais, não foram suficientes para incutir no ambiente maçônico uma nova concepção de assistência social. A prática filantrópica, como expressão do favor, da caridade e da ajuda ainda permeia o imaginário dos maçons, não obstante a prática de ações sociais como política pública - ainda que sem saber que o fazem.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)**. 2003. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ASLAN, Nicola. **História geral da maçonaria: fatos da maçonaria brasileira**. Londrina: A Trolha, 1997.

BARATA, Alexandre Mansur. A Maçonaria e a Ilustração Brasileira. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos I**. [S.I.]. v.1, n.1. p. 78-99, jul.-out.,1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**, Versão Oficial. Cortez Editora: São Paulo, 2008.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 18769, 8 dez. 1993.

_____. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p (...), 25 jul. 2005.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.gob.org.br>>. Acessado em: 23 de maio de 2011.

HORTAL, Jesus. **Maçonaria e Igreja: conciliáveis ou inconciliáveis?** São Paulo: Paulus, 2002. (Coleção Estudos da CNBB, v. 66).

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O Poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

*Recebido em Junho de 2017
Aprovado em Março de 2018*